

**O AGRONEGÓCIO E A EDUCAÇÃO PARA AS COMUNIDADES RURAIS NA REGIÃO
EXTREMO SUL DA BAHIA: DESAFIOS A LUTA SOCIAL**

**EL AGRONEGOCIO Y LA EDUCACIÓN PARA COMUNIDADES RURALES EN LA
REGIÓN EL EXTREMO SUR DE BAHIA: DESAFÍOS PARA LAS LUCHAS SOCIALES.**

**THE AGRIBUSINESS AND THE EDUCATION TO THE COUNTRYSIDE
COMMUNITIES IN THE EXTREME SOUTH REGION OF BAHIA: CHALLENGE FOR
THE SOCIAL FIGHT**

Maria Nalva Rodrigues Araujo Bogo¹

Resumo Objetivou-se neste trabalho refletir os projetos educativos das empresas de celulose (SUZANO), (FIBRIA) na particularidade da região extremo sul da Bahia, buscando saber em que medida suas ações contradizem os fundamentos da educação do campo defendida pelos movimentos sociais e sindicais do campo, caracterizando assim uma disputa de projetos de desenvolvimento e formação do povo do campo. Constatou-se que as ações das empresas contrariam aos pressupostos da educação do campo construída pelos movimentos sociais para outro modo de produção da vida, por outro lado tais ações preenchem um vazio deixado pelo Estado brasileiro que ao não prover os serviços públicos de qualidade deixam os trabalhadores a mercê dos grupos dominantes.

Palavras chave: Educação do campo- lutas sociais- agronegócio.

Resumén: El presente estudio pretende demostrar como reflejan los proyectos educativos de las empresas de celulosa (SUZANO) (Fibria), en particular en el extremo sur de Bahia, tratando de saber en qué medida sus acciones contradicen los fundamentos de la educación del campo defendido por los movimientos sociales y sindicales rurales, la caracterización de una disputa de proyecto de desarrollo y formación de la población agrícola. Se observa que las acciones de las empresas van contra las hipótesis de educación construidos por los movimientos sociales en otro modo de producción de la vida, por otro lado este tipo de acciones llenan el vacío dejado por el Estado brasileño de no proporcionar la calidad de los servicios públicos dejan los trabajadores vulnerables a la acción de los grupos dominantes.

Palabras clave – educación del campo, luchas sociales, Agronegócio

Abstract: This Present work aims to reflect about the educative projects of cellulose companies (SUZANO), (FIBRIA) in the extreme south region of Bahia, seeking to know in which degree their actions contradict the fundamentals of countryside education defended by social and union countryside movements, characterizing a dispute of development projects and countryside people formation. It notes that the actions by those companies counter the presuppositions of countryside education build by social movements to another way of life production, on another hand this actions fill a void left by the Brazilian state, who by not providing quality public service leave workers vulnerable to the actions of dominant groups

Keywords: Countryside education, social struggle, agribusiness.

Introdução

Não constitui novidade no Brasil atual a presença do agronegócio² realizando ações educacionais, seja nas escolas públicas através de programas educacionais quanto em ações não escolares

através de ações com arte-educação, formação profissional da juventude e outras. Tais ações encontram-se expostas nos sites das empresas, associações e ou fundações que constitui o setor, revelando a existência de inúmeros projetos em andamento nas escolas públicas do campo e da cidade em todo o Brasil.

Cabe salientar que a presença destes projetos no espaço escolar público tem se realizado com o consentimento do Estado em todas os níveis (nacional, estadual e local), que ao privatizar e mercantilizar a educação permite não apenas as empresas e fundações privadas tenham acesso aos recursos públicos e ao oferecimento de serviços educacionais, mas também, privatiza o currículo e as práticas escolares das escolas públicas, tornando este um local privilegiado para a conformação das posições de classe, adestramento para o trabalho e universalização dos interesses da classe dominante (Junqueira & Bezerra, 2013).

O objetivo deste artigo é apreender os projetos educacionais desenvolvidos pelas empresas de plantio de eucalipto para produção de celulose na região extremo sul da Bahia principais representantes do agronegócio na região em contraposição as possibilidades encontradas pelos trabalhadores organizados em movimentos sociais almejando outra perspectiva de desenvolvimento e educação na região.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO RURAL a educação dos trabalhadores x a educação para os trabalhadores do campo

O campo brasileiro expressa as contradições do modo de produção capitalista e tem sido o lugar de múltiplas exclusões em todas as dimensões dentre estas, a educação. A história registra um logo período de ausências, e quando alguma ação educativa chegou, esta se fez tendo como finalidade a integração do trabalhador ao modo de produção capitalista e todo seu aparato ideológico. Segundo Calazans (1993) as políticas de educação para as populações rurais tem início somente a partir da década de 30 do século XX. A autora cita alguns projetos educacionais escolares e não escolares/extensionistas dirigidos pela política externa norte-americana, preparando os agricultores para integração ao modelo de desenvolvimento rural. Tais Programas de Extensão Rural - desenvolvido no período pós guerra se davam através de atividades educativas não escolares, tinha como meta transformar o homem do campo em um *farmer* norte americano através programa educativo de base. O objetivo principal expresso nos documentos seria o combate a carência, a subnutrição as doenças, a ignorância, e outros fatores negativos que envergonhava o país; Deste modo expressava-se a visão do camponês como um ser pobre carente que deveria ser assistido e protegido, materializado na figura do JECA TATU(personagem de Monteiro Lobato).

Quanto a função da escola rural, Soares (2001) afirma que esta no Brasil foi pensada desde as perspectivas das elites e esteve condicionada a uma compreensão utilitarista da produção agrícola e do capital. Neste sentido não é nova a insistência das elites em dirigir a educação aos trabalhadores a partir de seu ideário, como projeto da classe, isto se dá porque a classe burguesa tem projeto como classe, assim a educação não fica fora do conjunto do projeto.

De modo que os objetivos que nortearam as poucas políticas oficiais de educação para as populações camponesas tem sido os das elites que significou com a justificativa de estender os serviços

educacionais aos povos do campo para redimí-los do atraso. Este era o propósito das políticas de EDUCAÇÃO RURAL implementadas no Brasil até a década de 1990. Portanto, pode se afirmar que o modelo de educação rural nasceu do patronato, e desde então esteve a serviço do controle das elites latifundiárias, como uma forma de domesticação e domínio dos trabalhadores que tinham acesso a escola. Pode-se dizer ainda que a educação rural foi um modelo proposto pelos setores agrícola brasileiro buscando unir os interesses da burguesia nacional aos setores agrícola e industrial. Nesta acepção as preocupações do patronato com educação para os trabalhadores apresentava-se com uma perspectiva salvacionista, latifundista e assistencialista, com objetivo de manter a harmonia, a ordem e elevar produtividade no campo. Soares, (2001).

Ainda de acordo com Soares, (2001), nos documentos do primeiro congresso de agricultura do nordeste Brasileiro realizado pelo patronato em 1923 consta os registros de suas preocupações sobre o que os jovens do campo deveriam estudar e com que finalidade, segundo a referida autora, as finalidades estavam associadas ao desenvolvimento agrícola e ao mesmo tempo à transformação de crianças indigentes em cidadãos prestimosos. As características da educação rural podem ser percebidas nos diversos projetos atuais do agronegócio, talvez com uma nova roupagem adequadas ao momento histórico. Na atualidade o Estado tem fortalecido a Educação Rural quando deixa aberto para as empresas interferirem na educação pública do campo com as mesmas intencionalidade de 70 anos atrás, ou seja formando trabalhadores para integrar ou adequar ao modelo de produção capitalista sob o controle das elites dirigentes. É contrário a esta perspectiva elitista que se levantaram os Movimentos sociais do campo no final da década de 1990 criando o Movimento Por uma Educação do Campo³.

Os Movimentos sociais contrapõe a concepção hegemônica de desenvolvimento e educação do agronegócio que concebe o meio rural como espaço apenas como produtor de mercadorias para atender aos ditames econômicos, estabelece então outra proposta de desenvolvimento e de educação. Além disto, defendem a universalização do direito à educação Escolar através do sistema público de educação. Para os Movimentos Sociais do campo a Educação do Campo é um projeto de educação da classe trabalhadora do campo.

Dessa forma, não faz sentido falar de educação do campo se ao mesmo tempo não aliar sua construção ao projeto de sociedade e consequentemente do modelos de desenvolvimento do campo que se pretende construir. Ou seja, se temos claro que queremos construir a revolução socialista, a educação tanto faz no campo ou na cidade cumprirá o papel no processo de formação dos construtores do processo.

No contexto de contradições no campo brasileiro esboça se consequentemente as disputas pelo projeto de educação a ser desenvolvido no campo; a classe dominante do campo organizada propõe um projeto educativo para os trabalhadores integrarem, e assumirem o seu modo de vida como único possível. Do outro lado, a classe trabalhadora organizada nos diversos movimentos sociais e sindicais concebe a educação como estratégia auxiliar na formação de seus sujeitos tendo em vista a transformação social. A partir de exposto pode se perceber que o termo educação do campo está em disputa não só com o poder estatal que dele se apropriou teoricamente para dar uma nova roupagem à

educação rural, (através de programas como o PRONATEC e outros) mas também com o agronegócio que tem na educação uma possibilidade de convencer as populações de que projeto capitalista é o único possível.

A região extremo sul da Bahia e as estratégias educativas da SUZANO papel e celulose

Desde final da década de 50 do século XX, o campo brasileiro tem sido lugar de expansão do capital, este vem se configurando através das ações dos grandes monopólios econômicos aliados ao Estado e aos representantes do latifúndio, introduzindo novas relações econômicas e sociais. Assistimos ao longo da história brasileira a implantação de políticas agrícolas implementadas no campo valorizando o capital sem resolver os problemas dos trabalhadores. Segundo Oliveira (2004) o objetivo estratégico da classe dominante no campo tem sido o da concentração de renda e da riqueza e a ideologia dos mesmos é de que o grande negócio agrícola, a apropriação privada da natureza, o cultivo de plantas e a criação de animais em larga escala e com padrões homogêneos, a adoção de organismos geneticamente modificados, o uso massivo de agrotóxicos, de hortaliças e de fertilizantes químicos, a mecanização a automação na produção e a exploração do trabalhador rural são as trilhas que conduzem para o crescimento econômico rural.

Na região extremo Sul da Bahia⁴ as expressões do agronegócio se configuram através das empresas de monocultivo de eucalipto para produção de celulose, tendo como finalidade a exportação. Esta realidade mostra a relação entre projetos de desenvolvimento do Campo e a ausência de políticas públicas de educação para os povos do campo. Tais modelos trazem serias conseqüências, entre estas está a expulsão dos povos do campo para as periferias das grandes cidades.

A referida região tem uma importância histórica fundamental, nela marcou o início da colonização portuguesa há mais de cinco séculos, e pode-se dizer que é o berço da nacionalidade brasileira. É também uma região cheia de contradições: por um lado, ainda exhibe belezas naturais, praias, os ecossistemas considerados essenciais para o país e para o mundo, como os parques Marinho dos Abrolhos, o de Monte Pascoal, e trechos remanescentes da Mata Atlântica com sua fauna e flora únicas, bem como “remanescentes” da antiga cultura do povo Pataxó e de Quilombolas; por outro lado, é uma região que há mais de quinhentos anos vem sendo alvo de desmedida exploração, inicialmente pelos colonizadores, que saquearam suas riquezas naturais, posteriormente pelos grandes projetos desenvolvimentistas, e na atualidade por empresas multinacionais com a monocultura do eucalipto (Koopmans, 1997).

Desde o seu início a monocultura do eucalipto na região extremo sul da Bahia envolve conflitos e interesses contraditórios. Entre esses conflitos estão, a ocupação de terras onde já existiam as comunidades indígenas, comunidades quilombolas e pequenos agricultores familiares, destruição da mata atlântica e as espécies nativas, acarretando novos impactos socioambientais na região. Além disto, tem provocado êxodo rural, concentração de terras, alteração nas relações de trabalho, desmatamento, rápido

processo de urbanização com taxas de crescimento populacional de 4,5% ao ano (PDU, 2003) e outros problemas como crescimento da violência urbana, inchaço nas cidades. Para as elites locais a chegada das empresas era o progresso chegando, para os trabalhadores o suposto progresso tinha outro nome: exploração, violência e morte.

O plantio de eucalipto na região teve início em final da década de 1970 e início da década de 1980, visando a implantação de indústrias de Papel e Celulose. De acordo com Cerqueira Netto & Mello e Silva, (2008), a monocultura do eucalipto no extremo sul da Bahia constitui a continuidade dos empreendimentos do Sudeste brasileiro expandindo para o estado da Bahia. A entrada do eucalipto na região extremo sul se deu na divisa com o estado do Espírito Santo. Depois de iniciar suas atividades no município de Aracruz (ES) em 1967, a Aracruz Celulose S.A. expandiu suas plantações em direção ao norte do estado até alcançar o estado da Bahia, pela região extremo sul. Atuam na região a seguintes empresas: CAF Santa Bárbara, Suzano Papel e Celulose, Veracel Florestal Ltda.

Os mesmos autores enfatizam que a CAF Santa Bárbara Ltda, pertencente ao Grupo Arcelor Mittal (considerado o maior grupo siderúrgico do mundo), atua no extremo sul da Bahia ocupando na região uma área total de 18.554 ha, sendo que 8.843ha são destinados para o plantio de eucalipto que abrange os municípios de Teixeira de Freitas, Caravelas, Prado e Alcobaça.

Outra empresa que, faz parte do Complexo Eucalipto-Indústria de Papel e Celulose⁵, está instalada no extremo sul da Bahia é a Suzano Papel e Celulose, que tem sua origem na Bahia Sul Celulose S.A. A unidade operacional de Mucuri (BA) entrou em operação no ano de 1992. Esta empresa tem plantações no extremo sul da Bahia e norte do Espírito Santo, ocupando uma área total de 168.794 hectares.

A Veracel é uma empresa que tem seu início do ano de 1991, o embrião é a Veracruz Florestal Ltda, uma subsidiária da Odebrecht. Em 1997, a Odebrecht se associa com a sueca Stora. E em 1999 a Stora se funde com a finlandesa Stora Enso, tornando assim a maior fabricante de papel de celulose do mundo. Conforme os dados divulgados em seu relatório de sustentabilidade no ano de 2006, num estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2007, as terras que a empresa ocupa estavam assim divididas entre os dez municípios baianos onde desenvolve suas atividades: terras totais da empresa = 205.364 hectares, onde 76,6 mil hectares destinados ao plantio de eucalipto. (CERQUEIRA NETTO & MELLO E SILVA, 2008).

Todas as empresas citadas anteriormente atuam na região extremo sul desenvolvendo projetos, segundo as mesmas no âmbito da responsabilidade social. Neste texto enfatizaremos apenas os projetos da Suzano papel e celulose.

Da mesma forma que os movimentos sociais se mobilizaram para ter o direito a uma educação do campo delimitando uma formação a partir de sua concepção de sociedade e de desenvolvimento e formação humana, é notório que do outro lado os setores empresariais também fazem coro em prol da educação do campo, da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável (com outra perspectiva). Para tanto vêm desenvolvendo iniciativas sociais e ambientais de responsabilidade social do

setor empresarial, por meio de institutos e fundações de empresas nacionais e multinacionais que atuam no setor agrícola.

No tocante aos projetos educacionais da Suzano, constata-se que a mesma opera mediante o desenvolvimento de dois programas: Programa **Educar e Formar** e o **Programa Formare**. O Programa **Educar e Formar** desenvolve ações de intervenção na educação pública com um conjunto de ações para melhorar a qualidade da educação pública do ensino fundamental nas regiões onde ela atua. O programa Formare atua realizando formação profissional de jovens (15 a 17 anos) de famílias de baixa renda.

Segundo a empresa o Programa Educar e Formar acontece em três frentes: pedagógica, infraestrutura escolar e promoção de leitura. A frente pedagógica é realizada em parceria com o Instituto Ayrton Senna, com a implantação de quatro projetos em toda a rede municipal de ensino das cidades atendidas. Em 2011 o programa passou a abranger 20 municípios na região. A frente pedagógica é aplicada pela fundação Ayrton Senna consiste em 4 ações:

- **Gestão Nota 10:** fortalece a gestão da política educacional e oferece capacitação e ferramentas gerenciais aos gestores de educação (diretores de escolas e equipe das secretárias de ensino). Foco preventivo.
- **Circuito Campeão:** qualifica a aprendizagem e erradica a produção do analfabetismo e da repetência no sistema escolar nos primeiros anos do ensino fundamental. Foco preventivo.
- **Acelera Brasil:** acelera a aprendizagem dos alunos com distorção entre a idade e a série, permitindo que os alunos frequentem o ano mais próxima a sua idade. Ex: aluno com 10 anos no 1º ano. Foco emergencial.
- **Se Liga:** corrige o fluxo escolar do Ensino Fundamental para combater o analfabetismo nas primeiras séries. Ex: aluno no terceiro ano analfabeto. Foco emergencial. (Programa formar e educar, Suzano, 2011, p. 1)

Como resultados, o referido programa informa que até dezembro de 2010, o Educar e Formar havia mobilizado 10.340 educadores, 277 escolas e 93.219 alunos. Também já foi possível notar a elevação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) acima da média da região. Cita por exemplo o município de Ibirapuã, Bahia, que tinha um IDEB de 2,8 e saltou para 5,0, acima da média nacional, que é de 4,2. Informações do programa afirma que mais de 10 mil educadores já passaram pelos seus cursos de formação. A frente de promoção de leitura consiste na implantação de bibliotecas comunitárias, campanhas e outras ações, em parceria com o Instituto Ecofuturo. Constatamos que as crianças ainda não alfabetizadas todas conseguem identificar os símbolos da empresa estampada em todos os espaços da escola e posto de saúde da comunidade.

Dados disponibilizados pela empresa mostram que 109 escolas (do campo e da cidade) foram reformadas na região extremo sul da Bahia até dezembro de 2010 através do programa educar é formar. É importante ressaltar que tais obras em escolas do campo, local que muitas vezes o poder público esqueceu, deixam as comunidades muito agradecidas com a ação das empresas, pois não fica claro para a população qual é o papel do poder público. Além disto, toda reforma é propagandeada e divulgada como uma boa ação da empresa, com cartazes, divulgação na mídia, e grandes placas na própria escola e outdoors nas principais cidades da região.

O programa **Formare**, realizado em parceria com a **Fundação Iochpe**⁶. Consiste em oferecer Cursos de Educação Profissional para jovens de famílias de baixa renda com idade entre 15 e 17 anos. Os cursos consistem em propiciar a formação inicial para o mercado de trabalho, com duração de aproximadamente um ano, as aulas são ministradas por funcionários da empresa Suzano. Segundo informações disponibilizadas no site do Programa Educar e Formar a iniciativa deste nos municípios depende do engajamento das/os secretárias/os de educação. Deixa claro que são feitas reuniões com as secretárias e o setor social da empresa para realizar as parcerias.

Assim o papel do serviço público, não tem sido o de atender aos cidadãos do campo e da cidade nos seus direitos e demandas de suas necessidades, as instituições públicas têm servido de mediação para ajudar as empresas vender a sua “boa imagem”. Ao mesmo tempo, quando realizamos pesquisas junto as organizações dos trabalhadores que lutam por escolas e para construir no interior das mesmas uma proposta pedagógica coerente com o ideário dos trabalhadores, a posição das prefeituras na região foi totalmente contrária, neste caso nota-se que não é tão pacífico a atuação dos Movimentos sociais nas escolas públicas do campo na região. Reafirmamos neste contexto que estamos diante de uma disputa pelo tipo de formação do ser social, com o pêndulo inclinado para os detentores da riqueza e do poder. Esta circunstância nos remete a constatação de Marx e Engels (1986), quando eles afirmam que,

(...)As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios da produção intelectual está submetido igualmente a classe dominante (MARX & ENGELS, 1986, p.72).

A afirmação de Marx mostra uma vinculação íntima entre os detentores dos meios de produção/riqueza material e os detentores das ideias/riqueza espiritual de uma determinada época. Se a educação trata especialmente das ideias difundidas em momentos históricos, não se pode analisar a educação sem analisar como se dá esta relação entre donos dos meios de produção e as ideias difundidas por este mesmo grupo. Neste contexto é que inserimos a atuação do empresariado na educação dos camponeses.

A partir das lutas sociais a Educação do Campo constituiu um direito social, e política pública e tem como objetivo proporcionar a todos a humanização e a plena consciência dos direitos, e ainda, conforme a legislação em vigor a educação escolar constitui um direito social e cabe ao Estado através da educação pública garantir as condições e os recursos para a sua efetivação. Porém segundo D’Agostini & Vendramini (2014), existe uma relação íntima que pode ser observada na intervenção do empresariado agrícola nas escolas do meio rural por meio do trabalho voluntário, projetos de ONGs, oferecimento de vagas por isenção fiscal. Pesquisadores como DUARTE, (2003); NEVES, (2005); MARTINS e NEVES (2012); MARTINS (2007, 2009); LEHER (1998, 2012); RAMOS, (2012); SANTOS (2012); JIMENEZ, (2007) tem se dedicado as reflexões acerca da atuação dos setores dominantes nos processos de formação dos trabalhadores para o consenso no país. Tais pesquisas nos ajudam a compreender as ações

educacionais dos empresários na educação dos trabalhadores, visando educar para o consenso. Conceitos como Pedagogia das competências, Pedagogia do capital/pedagogia da hegemonia, Educação corporativa, teorias relativistas na educação ou pedagogia do aprender a aprender compõem o arsenal de discussões e pesquisas acerca desta temática e contribuem para analisar o papel da educação desenvolvida pelo agronegócio no campo.

Neves e Martins (2012), definem a pedagogia do capital como as estratégias de dominação de classe empregadas pela burguesia com a finalidade de se obter o consentimento do conjunto da população para o seu projeto político nas diferentes formações sociais concretas ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista. A estas estratégias de educação política os referidos autores chamam-na de Pedagogia da Hegemonia.

O objetivo principal da Pedagogia da Hegemonia para os referidos autores é a conformação moral e intelectual do conjunto da população a um padrão de sociabilidade, ou modo de vida que coadune com as necessidades de crescimento econômico e de coesão em cada período histórico do modo de produção capitalista. A criação das fundações pelas empresas tem esse caráter de educar para o consenso, desenvolvendo projetos sociais e educacionais. Somando ao seu objetivo central, a pedagogia da hegemonia promove a assimilação subordinada de frações da classe trabalhadora ao projeto dominante, ao modelo sutilmente socializado de modo a torná-la co-responsável pelo projeto político do capital em seu conjunto.

No Brasil de acordo com os citados autores a pedagogia da hegemonia em tempos recentes teve dois momentos, o governo FHC onde foram criadas as bases para atuação do capital e no governo Lula onde tais bases foram sedimentadas através do tom de conciliação de classes e não de lutas sociais. Arriscamos afirmar que estamos diante de uma forma mais sofisticada de controle do capital sobre a classe trabalhadora.

No contexto escolar a nova pedagogia da hegemonia se traduz como inovação educacional apresentando a pedagogia das competências, que se encontra oficializada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e orientam as escolas públicas de educação básica de todo o país. Somando-se a isto pode se constatar a incorporação pelo governo Lula das propostas dos empresários organizados no Movimento Todos pela Educação⁷, nas políticas educacionais de seu governo.

Com o objetivo de construir a Pedagogia da Hegemonia no campo brasileiro o agronegócio vem investindo na área educacional com objetivo de fortalecer a sua imagem, construindo uma ideia de comandantes máximos da produção de alimentos e energia limpa para o mundo, sob supostas condições de modernidade e sustentabilidade.

Lamosa & Loureiro (2014), ao pesquisar a atuação do agronegócio nas escolas públicas do interior paulista com projetos de educação ambiental, constatam que as escolas públicas e os projetos de educação ambiental desenvolvidas pelas empresas do agronegócio, tem sido utilizadas como espaço e instrumento de difusão da nova sociabilidade do patronato rural e da ideologia do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, mostram que o programa investigado por eles garante elementos indispensáveis à qualidade da escola pública: formação de professores, material didático e projetos

educacionais. Alerta, entretanto, que a introdução de programas organizados por entidades privadas retiram a possibilidade de existência do caráter público da escola, visto que o ensino desenvolvido nestes espaços passam a ser mediados por interesses do mercado. Comprovação também de Junqueira & Bezerra (2013) ao mostrar que,

a escola perde o seu caráter público, na medida em que seu projeto político pedagógico passa a sofrer a mediação de interesses privados, que vão interferir nas discussões do planejamento escolar e curricular, a partir de então condicionadas ou mesmo determinadas por benefícios materiais como material didático de suposta qualidade, oferta de cursos, de complementação de renda, etc (JUNQUEIRA, V. e BEZERRA, M., 2013).

Traspadini (2011) explica que estamos perante “um processo de construção da intencionalidade “educativa” do capital. Formação para a consolidação de um exército industrial de reservas consciente de sua necessidade de inclusão dentro da ordem”. Sobre a intencionalidade das empresas com o público alvo Traspadini (2010) adverte que, hoje aproximadamente, um terço da população da América Latina tem menos de 14 anos e daqui a 25 anos será o grupo que estará em plena idade produtiva, o que justifica a aposta, segundo a autora, uma vez que durante esse período de tempo,

estas crianças já terão passado por um processo de formação ideológica, cultural e política que moldará em muitos sentidos sua forma de ver e atuar sobre o mundo. Supõe-se que, quanto mais cedo estas crianças forem educadas no projeto da classe dominante menor resistência estas terão, para assumir sua posição periférica na tomada de decisões em seus territórios. É com base nesta relação formal de educar/adestrar para a venda da força de trabalho, que o capital determina o que é importante que as crianças internalizem: as imagens, as brincadeiras, os princípios e valores do consumismo-individualismo e, a concepção de que se destaque o “melhor” em cada ambiente de convívio social (TRASPADINI, 2010, p. 07).

Este trabalho propôs realizar um estudo referente as ações das empresas de celulose na região extremo sul da Bahia a partir das conquistas dos Movimentos por uma educação do campo como proposta política dos trabalhadores e ao mesmo tempo disputada pelo patronato rural. Essa disputa pode ser vista nas lutas dos trabalhadores do campo pela democratização da terra, do salário, defesa dos territórios tradicionais indígenas, quilombolas e da educação do campo... Do outro lado, as classes dominantes construindo outro modelo de desenvolvimento e para isto utiliza-se das escolas públicas do campo desenvolvendo projetos e programas coerentes com o seu ideário.

Verificou nesta contenda que o Estado tem duas ações que consentem a atuação na educação escolar pública pelas empresas de celulose. Primeiro abre-se as possibilidades para que as empresas possam com o dinheiro público atuar, promovendo a concentração da terra, a exploração e expulsão dos trabalhadores do campo e impondo uma ideologia do mercado como único possível e viável. Segundo, historicamente o Estado se ausentou do seu papel prover os direitos aos trabalhadores deixando um espaço repleto de carências para que as empresas possam agir em nome da responsabilidade social, neste sentido elas cumprem o papel de difusão da ideologia do mercado, contradizendo as lutas e propostas dos grupos organizados nos movimentos sociais e sindicais que tem lutado por outro modelo de desenvolvimento em que no centro esteja o ser humano e não o negócio. Neste sentido não tem outra saída a não ser a organização e o enfrentamento de classes, assim os movimentos devem permanecer

sempre vigilantes para as estratégias pelas quais a classe dominante atua na construção do consenso e da dominação dos trabalhadores.

Referências

- ARAUJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela Terra**. Salvador. FAGED/ UFBA, 2007. 346 pp. Tese de Doutorado.
- BEZERRA, M.; JUNQUEIRA, V. **Projetos Educacionais do Agronegócio: Campo e Cidade em Questão**. 2013 Disponível em <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/seminarios/seminario-2013/1.-educacao-do-campo-movimentos-sociais-e-politicas-publicas/projetos-educacionais-do-agronegocio-campo-e-cidade-em-questao/view>>.
- CERQUEIRA NETTO S. P. G. de MELLO E SILVA Sylvio B. de. **EUCALIPTIZAÇÃO: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia?** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.3, n. 6, p. 85-108, ago. 2008. disponível em www.campoterritorio.ig.ufu.br. Acesso em março, 2016.
- DAGOSTINI A. & VENDRAMINI, C. R. **Educação do campo ou educação da classe trabalhadora? a perspectiva do empresariado, do estado e dos movimentos sociais organizados**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.299-322, jul./dez.2014 disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index> acesso em março 2015.
- DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação**, Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- FERNANDES, B. M. **A educação e o movimento social do campo**. Coleção por uma educação básica do campo n° 2. Brasília, 1999.
- FERNANDES, Bernardo M. & MOLINA, M. C. O Campo da educação do campo in: MOLINA, M. C. & JESUS, Sonia M. S. (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Coleção Por uma educação do Campo n° 5 Brasília, 2004.
- KOLLING, E. & MOLINA, C. M. (orgs.) **Por uma educação básica no campo**. Brasília, 1999, n° 1.
- KOOPMANS, José. **Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul**. Tx. De Freitas: 2ª ed., 2005. Publicação independente.
- LEHER, R. & Motta, V. C. **Políticas Educacionais Neoliberais e Educação do campo**, in: FRIGOTTO, Gaudêncio et al (orgs) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012
- MARTINS A. S. e NEVES L. M. W. **Pedagogia do Capital**, in: FRIGOTTO, Gaudêncio et al (orgs) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012
- MARX, Karl e ENGELS. F. **A ideologia alemã I: crítica da filosofia alemã recente**. v. 1, 5ª Ed. Hucitec, São Paulo, 1986.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade** . São Paulo: Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Barbárie e Modernidade: o agronegócio e as transformações no Campo**. In: *Agricultura Brasileira: tendências, perspectivas e correlação de Forças sociais*. Caderno de Formação. São Paulo, Via Campesina, 2004.
- RAMOS, M. **Pedagogia das competências**, in: FRIGOTTO, Gaudêncio et al (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS A. F. T dos, **Educação Corporativa**, in: FRIGOTTO, Gaudêncio et al (org.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, J.P. (org.) **A questão agrária no Brasil**, São Paulo: Expressão popular, 2006.

TRASPADINI, R. **Crianças em disputa: o ataque do capital (I)**. Jornal Brasil de Fato. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/5624>. Acesso em 07 jun. 2014.

_____. **Crianças em disputa: o ataque do capital (II)**. Jornal Brasil de Fato. São Paulo, 2011. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/5842>>. Acesso em 07 jun. 2014.

Notas:

- ¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Fundação Educacional Nordeste Mineiro (1987), mestrado em Ciências e Práticas Educativas pela Universidade de Franca (2000) e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2007). Atualmente é colaboradora da Universidade Estadual Paulista ?Júlio De Mesquita Filho? -UNESP Instituto D, colaborador da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, colaborador da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, prof. colaboradora do prog. territorial da Universidade Estadual Paulista ?Júlio De Mesquita Filho? -UNESP Instituto D, parecerista ad hoc da Universidade Estadual de Santa Cruz, colaborador da Fundação Oswaldo Cruz, membro da comissão pedagógica do prona do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, professora da Escola Nacional Florestan Fernandes e professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia. Email: nalvaraujo@hotmail.com
- ² Fernandes (2008, p.4) define que o “[...] agronegócio é, o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico desse conjunto de sistemas que contém inclusive a agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação [...] O conceito de agronegócio é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista”. Este modelo se vincula aos interesses do capitalismo, sustentando-se da exploração e expropriação dos trabalhadores e trabalhadoras
- ³ O Marco antecedente do Movimento por educação do campo foi o primeiro ENERA realizado pelo MST em 1997, a partir do referido encontro um ano depois (1998) com realização da primeira conferência por uma educação básica do campo se dá o nascimento oficial do Movimento Por uma educação do campo, esta conferência propôs como objetivo central - recolocar o rural e a educação que a ele se vincula na agenda política do País, com a convicção de que era possível e necessário pensar e implementar um projeto de desenvolvimento para o Brasil que incluísse milhões de pessoas que vivem no e do campo, compreendendo que a educação constitui uma mediação para esta estratégia.
- ⁴ Caracteriza-se como região extremo sul da Bahia uma divisão político-administrativa constituída de 21 municípios abrangendo uma área de 30.420 km². Limita-se ao norte com as regiões sudoeste e sul da Bahia, ao sul com o Estado do Espírito Santo, a oeste com o Estado de Minas Gerais, e a leste, com o oceano Atlântico.
- ⁵ Segundo informações da empresa, as suas áreas florestais estão localizadas nos estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Maranhão. Considerando 50% da Ripasa (aquisição consolidada em 2007), possui 570 mil hectares de florestas, dos quais 271 mil hectares são ocupados por plantio de eucalipto, 214 mil hectares, cerca de 40%, são áreas de preservação ambiental, que recebem programas de monitoramento baseados em práticas de manejo sustentado, o restante são áreas de infraestrutura. (SUZANO, 2011).
- ⁶ A fundação Iochpe foi instituída em 1989 pelo grupo empresarial Iochpe-Maxion que opera nos segmentos de autopeças e equipamentos ferroviários. A fundação atua principalmente com programas de educação profissional e arte-educação em parcerias com entidades públicas e privadas. Atende prioritariamente jovens e crianças. Fonte: <http://fiochpe.org.br/>
- ⁷ O Todos Pela Educação é um movimento de organizações empresariais fundado em 2006. Tem como objetivo contribuir para melhorar os níveis educacionais no país. Uma análise crítica deste movimento é realizada por Martins (2007) A EDUCAÇÃO BÁSICA NO SÉCULO XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação. Disponível em <<http://www.periodicos.uepg.br>>.

Recebido em: 11/2016

Aprovado em: 11/2016